



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO COMANDO DE OPERAÇÕES TÁTICAS - COT/DIREX/PF

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 08211.002309/2022-84

**SEPOM/COT/DIREX/PF
PREGÃO Nº XX/2022**

1. OBJETO

1.1. Aquisição de Equipamentos de tiro de precisão (sniper), bem como acessórios, por meio de Sistema de Registro de Preços em licitação na modalidade pregão eletrônico internacional, para atender ao Departamento de Polícia Federal, e demais órgãos participantes, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e pormenorizada no Anexo 1 (Caderno de Especificações Técnicas) deste TR:

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL (R\$)	VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL (R\$)
1	Sistema de arma de precisão de ação manual por ferrolho modular .308 e .338	99848	42	220.848,28	9.275.627,76
2	Sistema de arma de precisão de ação manual por ferrolho calibre 6.5 creedmoor	99848	4	181.568,04	726.272,14
3	Sistema de arma de precisão semiautomático calibre .308 win	99848	100	95.931,82	9.593.181,50
4	Telêmetro	25623	51	43.061,82	2.196.152,82
5	Telêmetro para uso em baixa luminosidade	25623	33	217.631,12	7.181.826,80
6	Visão noturna com clip-on para arma longa	269715	37	78.333,00	2.898.321,00
7	Visão termal clip-on para arma longa	269715	37	118.805,05	4.395.786,85
8	Luneta de observação ou “espotagem”	25585	42	17.531,74	736.332,87
9	Tripé especial com composição para tiro de precisão	26867	47	5.025,16	236.182,29
10	Medidor meteorológico de bolso com software balístico	25860	42	12.851,83	539.776,86
11	Suporte para medidor meteorológico de bolso com software balístico com cata-vento	1712	20	544,65	10.893,00
12	Luneta fuzil semiautomático de assalto	25585	100	26.653,59	2.665.358,50
13	Kit anotação e controle tático	1712	90	2.088,88	187.999,20

1.1.1. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgãos participantes.

Órgão Gerenciador: CGAD – UASG 200334 - MJ-DPF-DEPARTAMENTO DA POLÍCIA FEDERAL/DF

Endereço: Saus, quadra 6, lotes 9 e 10. Cep 70037-900

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL
1	Sistema de arma de precisão de ação manual por ferrolho modular .308 e .338	Unidade	20
2	Sistema de arma de precisão de ação manual por ferrolho calibre 6.5 creedmoor	Unidade	02
3	Sistema de arma de precisão semiautomático calibre .308 win	Unidade	20
4	Telêmetro	Unidade	20
5	Telêmetro para uso em baixa luminosidade	Unidade	20
6	Visão noturna com clip-on para arma longa	Unidade	20
7	Visão termal clip-on para arma longa	Unidade	20
8	Luneta de observação ou “espotagem”	Unidade	20
9	Tripé especial com composição para tiro de precisão	Unidade	20
10	Medidor meteorológico de bolso com software balístico	Unidade	20
11	Suporte para medidor meteorológico de bolso com software balístico com cata-vento	Unidade	07
12	Luneta fuzil semiautomático de assalto	Unidade	20
13	Kit anotação e controle tático	Unidade	20

Órgão Participante: UASG 200109 - MJ-DPRF-DEPART.DE POL.RODOVIARIA FEDERAL/DF

Endereço: SPO SN lote 5 Complexo Sede da PRF – Brasília/DF – CEP: 70610909

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL
1	Sistema de arma de precisão de ação manual por ferrolho modular .308 e .338	Unidade	10
2	Sistema de arma de precisão de ação manual por ferrolho calibre 6.5 creedmoor	Unidade	02
3	Sistema de arma de precisão semiautomático calibre .308 win	Unidade	40
4	Telêmetro	Unidade	15
5	Telêmetro para uso em baixa luminosidade	Unidade	05
6	Visão noturna com clip-on para arma longa	Unidade	05
7	Visão termal clip-on para arma longa	Unidade	05
8	Luneta de observação ou “espotagem”	Unidade	10
9	Tripé especial com composição para tiro de precisão	Unidade	15
10	Medidor meteorológico de bolso com software balístico	Unidade	10
11	Suporte para medidor meteorológico de bolso com software balístico com cata-vento	Unidade	07
12	Luneta fuzil semiautomático de assalto	Unidade	40
13	Kit anotação e controle tático	Unidade	30

Órgão Participante: UASG 927499 - Secretaria de Estado de Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Dom Hélder câmara, 2066 - Maria da Graça, Rio de Janeiro - RJ, 21050-45, Cidade da Polícia - CIDPOL

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL
1	Sistema de arma de precisão de ação manual por ferrolho modular .308 e .338	Unidade	12
2	Sistema de arma de precisão de ação manual por ferrolho calibre 6.5 creedmoor	Unidade	0
3	Sistema de arma de precisão semiautomático calibre .308 win	Unidade	40
4	Telêmetro	Unidade	16
5	Telêmetro para uso em baixa luminosidade	Unidade	08
6	Visão noturna com clip-on para arma longa	Unidade	12
7	Visão termal clip-on para arma longa	Unidade	12
8	Luneta de observação ou “espotagem”	Unidade	12
9	Tripé especial com composição para tiro de precisão	Unidade	12
10	Medidor meteorológico de bolso com software balístico	Unidade	12
11	Suporte para medidor meteorológico de bolso com software balístico com cata-vento	Unidade	16
12	Luneta fuzil semiautomático de assalto	Unidade	40
13	Kit anotação e controle tático	Unidade	40

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do instrumento contratual prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Os sistemas de armas de tiro de precisão usados operacionalmente pelos atiradores de precisão do COT estão defasados tecnologicamente e **ultrapassaram o limite de sua vida útil**. Alguns outros equipamentos sequer foram adquiridos. Quando tratamos de armas de precisão, a última aquisição data de meados de 2008, e até o momento essas armas deram mais de 10 mil disparos, o que compromete a sua capacidade de precisão, atentando contra a segurança nas operações deste Comando, como também da sociedade como um todo.

2.2. Além disso, as armas utilizadas já não suportam atualizações, tanto em relação à reposição de cano, bem como a outras peças (o modelo Sig Sauer Blaser Tactical II já saiu de linha). Vale ressaltar que tais armas não têm capacidade de acoplagem de equipamentos táticos, tal como visão noturna, visão térmica, mira offset etc.

2.3. Quanto à escolha da modalidade licitação internacional, esclarece-se por ser um produto controlado de acesso restrito, inexistem, no Brasil, fabricantes que atendam os requisitos mínimos apresentados nos estudos preliminares. Para tanto, atualmente, a Taurus (fabricante nacional) não possui em seu catálogo qualquer fuzil de precisão, como observamos do seu sítio eletrônico - <https://taurusarmas.com.br/pt/produtos/armas-longas>. No mesmo sentido, o fuzil da Imbel, o .308AGLC não atende os requisitos mínimos como chassi monolítico, multicalibre, com rails para sobressalentes, entre outros, pelo que não pode ser considerado como opção no levantamento do mercado. Dessa forma, a única opção disponível é a realização de certame internacional.

2.4. A aquisição de novos sistemas de armas e acessórios tem o objetivo de restabelecer a capacidade operacional do setor de tiro de precisão do COT.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1. Os equipamentos diretamente acoplados ao fuzil devem ser fornecidos juntamente com o armamento para que a precisão, acurácia e consistência seja garantida. Todos os equipamentos devem ficar instalados, funcionais e não interferirem no três princípios elencados. Esses aspectos são a finalidade do tiro de precisão policial. Ressalte-se que, diferentemente de um fuzil de assalto, o armamento de precisão tem que ter todos os seus elementos compatíveis e focados na precisão desejada. Assim, como qualquer acessório pode interferir na precisão do armamento ou no seu correto funcionamento, é necessário que o fornecedor dos itens seja o mesmo.

3.2. Outrossim, a solução em conjunto visa a manutenção da garantia, uma vez que a utilização de acessório não certificado pela fabricante poderá acarretar na sua perda. Frise-se, também, que, como não existe padronização, não há como a Administração licitar acessórios sem ter conhecimento prévio de qual armamento será adquirido.

3.3. A descrição da solução encontra-se detalhada no Anexo 1- Especificações Técnicas.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. Trata-se de aquisição de bem comum, a ser contratada mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

5. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

5.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e nas obrigações da CONTRATADA e no edital como requisito previsto em lei especial.

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1. O prazo de entrega dos bens é de 180 (cento e oitenta) dias, contados da assinatura do contrato (quando empresa nacional), da emissão da carta de crédito ou da Autorização do Exército Brasileiro, o que acontecer por último, em remessa única, nos seguintes endereços:

ENDEREÇOS DE ENTREGA			
Órgão Gerenciador: 200334 – DEPARTAMENTO DA POLÍCIA FEDERAL			
DPF	Brasília/DF	Comando de Operações Táticas - COT Saus, quadra 6, lotes 9 e 10. - Sede da Polícia Federal - BRASÍLIA/DF - Cep 70037- 900	Setor Responsável: SEPOM/COT/DIREX/PF Telefone: 61 981255335 (APF Meira - Chefe do SEPOM) E-mail: sepom.cot.direx@pf.gov.br
Órgão Participante: UASG 200109 – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL			
COE	Brasília/DF	Comando de Operações Especializadas - COE Sede da Polícia Rodoviária Federal SGON, Quadra 05, Lt.15/185, Comando de Operações Especializadas COE – Brasília/DF – CEP 70610-650	Telefones: (61) 2025-6879 / (61) 2025-6781 / (61) 2025-6782
Órgão Participante: UASG 927499 - Secretaria de Estado de Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro			
PCERJ	Rio de Janeiro/RJ	CFAE - Coordenadoria de Fiscalização de Armas e Explosivos Cidade da Polícia Endereço: Av. Dom Hélder câmara, 2066 - Maria da Graça, Rio de Janeiro - RJ, 21050-45, Cidade da Polícia - CIDPOL	Telefones: 21 2582-7521/ 2582-7521/2582-7533/ 2202-0534

6.2. Para os bens que possuem realização de testes descritos no ANEXO II deste TR, serão recebidos provisoriamente em até 5(cinco) dias após a realização dos testes na fábrica da Contratada.

6.3. Para a elaboração da proposta com frete internacional, as empresas deverão considerar o INCOTERM DPU (Delivered At Place Unloaded). Dessa forma, já deverão ser computados todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários e comerciais, inclusive aqueles decorrentes de todos os atos necessários para o desembaraço aduaneiro, compreendendo as taxas, tarifas e impostos referentes a licença de importação, de desembaraço aduaneiro, de descarregamento do veículo transportador, de armazenagem alfandegária, capatazia, de despesas aeroportuárias, fretes e outras que se fizerem necessárias, custos com o manuseio de carga, inclusive, porventura, com serviços de terceiros ou mão-de-obra, devidos no país de origem ou no Brasil, conforme o caso, e outros custos que venham a incidir direta ou indiretamente no objeto licitado, inclusive indicando a adequada classificação na Nomenclatura Comum do Mercosul/Tarifa Externa Comum(NCM)/TEC, com o respectivo destaque.

6.4. Para os bens sem previsão de testes, estes serão recebidos provisoriamente no prazo de 15 (quinze) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

- 6.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 6.6. Os bens, que possuem realização de testes descrita no ANEXO II do TR, serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do do desembaraço aduaneiro e após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado. Para os bens que não possuem a previsão de testes, serão recebidos 15 (quinze dias) contados do recebimento provisório e após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 6.6.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 6.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 6.8. Para esta contratação não há previsão de entrega imediata, e ainda, conforme art. 16 do Decreto nº 7.892, de 2013, a existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.
- 6.9. Os bens, após aprovação provisória, deverão ser remetidos em entrega única do quantitativo previsto em contrato.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 7.1. São obrigações da Contratante:
- 7.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 7.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 7.1.3. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 7.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 7.1.5. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus Anexos;
- 7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 7.3. A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.
- 7.4. A Contratante obriga-se a acompanhar, fiscalizar e avaliar o fornecimento dos objetos, de acordo com as obrigações assumidas no contrato e na sua proposta de preços e as obrigações e testes previstos neste TR e seus anexos, não obstante a fiscalização da Contratada.
- 7.5. Designar formalmente os fiscais do Contrato, por intermédio de Comissão Especial, formada por servidores da área técnica e administrativa, na forma do Art. 67 da Lei nº 8.666/93 e alterações;
- 7.6. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, concernentes ao objeto do Contrato.
- 7.7. Sustar, rejeitar, mandar fazer ou desfazer qualquer objeto que não esteja de acordo com as condições e exigências especificadas, no todo ou em parte.
- 7.8. Solicitar a substituição dos materiais que apresentarem defeitos durante sua entrega e utilização.
- 7.9. Manter contato com o preposto da licitante CONTRATADA, visando assegurar a prestação do fornecimento de forma eficiente e na forma do contratado.
- 7.10. Tornar disponíveis, quando for o caso, instalações e materiais necessários à prestação dos treinamentos, bem como permitir o acesso dos funcionários da Contratada às dependências da Polícia Federal para entrega, verificação ou manutenção dos equipamentos desde que acompanhada de servidor designado pela PF.
- 7.11. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pelo contratado;
- 7.12. Quando se tratar de produto controlado e restrito, a Contratante solicitará junto ao órgão competente do Ministério da Defesa, o Certificado Internacional de Importação, nos termos do § 1º, art. 37 do Decreto 9.847/2019, em nome da Contratante, como Importador e da CONTRATADA, como exportador, no caso de empresa ou sociedade estrangeira que não funcione no Brasil.
- 7.13. Fornecer à CONTRATADA todas as informações e documentos necessários ao desembaraço alfandegário, caso seja necessário.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus Anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 8.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência, certificação e prazo de garantia ou validade;
- 8.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

- 8.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 8.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo 60 dias, o objeto com avarias ou defeitos;
- 8.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 8.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 8.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 8.1.7. Promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias, etc.
- 8.1.8. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 8.1.9. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.
- 8.1.10. São de exclusiva conta e responsabilidade da CONTRATADA, além das previstas em lei e nas normas aplicáveis que integram o presente Termo de Referência, independentemente de transcrição, as obrigações constantes deste item.
- 8.1.11. Os ensaios, testes, homologações, registros e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato correrão por conta da CONTRATADA, caso seja necessário.
- 8.1.12. Responsabilizar-se pelos danos causados a qualquer agente, os quais sejam provenientes de falha no funcionamento, redução em níveis de proteção ou segurança, de problemas funcionais apresentados em decorrência de alteração e/ou falha de projeto, de alteração da destinação ou finalidade dos equipamentos que vise adaptar, reduzir custo, ou auferir lucro indevido, seja por culpa ou dolo, sujeitando-se às sanções legais vigentes.
- 8.1.13. Arcar com qualquer prejuízo causado à Administração ou a terceiros por seus empregados durante a entrega dos materiais, inclusive, quando realizada por transportadoras.
- 8.1.14. Acatar as exigências, decisões e observações feitas pela Contratante, relativamente ao fornecimento dos bens, sujeitando-se à sua ampla e irrestrita fiscalização, nos limites do contrato, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo as reclamações formuladas.
- 8.1.15. Executar fielmente o fornecimento, entregando o objeto contratado nas condições, prazos e quantidades pactuadas, de acordo com as exigências constantes no Termo de Referência, Edital e proposta comercial, sem ônus adicionais para a Contratante.
- 8.1.16. Não transferir, no todo ou em parte, a prestação dos serviços de garantia do objeto da contratação, exceto com a expressa autorização da Contratante.
- 8.1.17. Comunicar à Administração, por escrito, irregularidade ocorrida ou observada durante o fornecimento, ou ainda qualquer anormalidade de caráter urgente.
- 8.1.18. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Contratante referentes ao objeto desta licitação, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.
- 8.1.19. Manter, durante o período de vigência do Contrato, todas as condições que ensejaram a sua contratação, particularmente no que tange à capacidade técnica, operativa e à regularidade fiscal, podendo a Contratante, a qualquer tempo, exigir a comprovação destas condições.
- 8.1.20. Orientar seus funcionários a manterem sigilo sobre fatos, atos, dados ou documentos de que tomem conhecimento e que tenham relação ou pertinência com a Polícia Federal, durante e após a entrega dos bens, e que o descumprimento sujeitará o infrator à aplicação das sanções civis e penais cabíveis.
- 8.1.21. Manter preposto, aceito pela Contratante, durante a vigência do contrato, para representá-la administrativamente, serviço de manutenção no Brasil quando solicitado e cumprir a garantia de fábrica do objeto do contrato, sempre que for necessário, e após tal período, para aquisição e reposição de peças e acessórios.
- 8.1.22. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessárias, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, de acordo com o parágrafo primeiro do art. 65 da Lei nº 8.666/93.
- 8.1.23. Comunicar à Contratante imediatamente após o conhecimento de qualquer problema, modificação de projeto, regras de uso e/ou segurança envolvendo o equipamento em questão;
- 8.1.24. Prestar os serviços dentro das normas técnicas preconizadas pelo fabricante do equipamento e/ou acessório que optou por utilizar no produto.
- 8.1.25. Repor, trocar, substituir, recolher, transportar para a origem/destino e vice-versa, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias úteis, às suas exclusivas expensas, no total ou em parte, os equipamentos em que se verificarem fornecidos com erros, fora do padrão exigido, defeituosos, incorretos, decorrentes do fornecimento prestado, incluindo os fatos advindos de seus terceirizados contratados, a contar do recebimento da comunicação expedida pela área competente da Contratante;
- 8.1.26. Estar o objeto devidamente certificado pela área fiscalizadora de produtos controlados, nos casos em que os objetos tenham essa obrigatoriedade, nos moldes estabelecidos pela Lei nº 10.826/03 e Decreto 10.030/2019.

8.1.27. Escolher, contratar e pagar os honorários da empresa Comissária de Despacho Aduaneiro (despachante), que prestará assistência à Comissão de Recebimento da Contratante para o desembaraço aduaneiro, no caso de empresa ou sociedade estrangeira que não funcione no Brasil, caso seja necessário, por conta, risco e responsabilidade da empresa que representar o(s) proponente(s) estrangeiro(s) no Brasil.

8.1.28. Responsabilizar-se por todo auxílio necessário ao Despachante Aduaneiro ou Comissão designados pela Contratante, devidamente credenciado perante o Sistema de Comércio Exterior – SISCOMEX, para o efetivo desembaraço alfandegário junto aos órgãos aduaneiros e demais órgãos governamentais que possam estar envolvidos no processo de regularização de entrada do objeto desta licitação no país, cuja responsabilidade pela escolha, contratação e pagamento dos honorários da empresa Comissária de Despacho Aduaneiro ("Despachante") correrá exclusivamente por conta, risco e responsabilidade da empresa CONTRATADA.

8.1.29. Entregar manuais, acessórios, certificados, instrumentos e ferramentas, conforme especificados neste Termo de Referência.

8.1.30. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, inclusive, com pessoal utilizado na execução do fornecimento ou na prestação dos serviços de manutenção no Brasil, que não terá qualquer vínculo empregatício com a Contratante.

8.1.31. Responder por todos e quaisquer ônus referentes ao fornecimento do objeto do contrato, tais como fretes, impostos, seguros, taxas, encargos sociais e obrigações trabalhistas e civis, treinamento, decorrentes do objeto do presente contrato, renunciando expressamente qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, para com a Contratante.

8.1.32. No momento da assinatura do contrato, fornecer relação de preços, para todas as peças do equipamento e seus acessórios, para os serviços de manutenção, e outros mais que julgar pertinente, discriminando-os.

8.1.33. No caso de empresa ou sociedade brasileira, estar em situação regular com os documentos exigidos pelo Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN e possuir Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, em cumprimento ao disposto na Lei nº 12.440 de 07/07/2011, tudo como condição para pagamento de notas fiscais/faturas, cuja obrigação de regularização dos documentos exigidos é exclusiva da Contratada.

8.1.34. Para bens oferecidos do exterior, através de importação direta em nome da Contratante, a se processar com imunidade tributária com amparo no art. 150, VI, alínea a, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, caberá ao licitante vencedor apresentar, até 2 (dois) dias úteis subsequentes ao da adjudicação do Pregão, a Proform Invoice, contemplando os valores corrigidos a menor, em virtude dos lances ofertados, com os dados bancários, de modo a viabilizar o procedimento de importação e de pagamento no exterior.

8.1.35. Retirar das dependências da Contratante, os equipamentos porventura impugnados pela comissão de recebimento, sendo expressamente proibido manter quaisquer equipamentos que não satisfaçam as especificações.

8.1.36. Arcar com os custos do frete internacional, considerando o INCOTERM DPU (Delivered At Place Unloaded). É obrigação da Contratada arcar com todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários e comerciais, inclusive aqueles decorrentes de todos os atos necessários para o desembaraço aduaneiro, compreendendo as taxas, tarifas e impostos referentes a licença de importação, de desembaraço aduaneiro, de descarregamento do veículo transportador, de armazenagem alfandegária, capatazia, de despesas aeroportuárias, fretes e outras que se fizerem necessárias, custos com o manuseio de carga, inclusive, porventura, com serviços de terceiros ou mão-de-obra, devidos no país de origem ou no Brasil, conforme o caso, e outros custos que venham a incidir direta ou indiretamente no objeto licitado, inclusive indicando a adequada classificação na Nomenclatura Comum do Mercosul/Tarifa Externa Comum(NCM)/TEC, com o respectivo destaque.

8.1.37. São Obrigações Operacionais da CONTRATADA, entre outros aspectos:

8.1.37.1. Utilizar somente peças, materiais e acessórios originais, não podendo valer-se, em nenhuma hipótese, de itens do mercado paralelo ou de outra procedência, sem expressa e prévia autorização da Contratante.

8.1.37.2. Fornecer à Contratante toda a documentação técnica, desenho técnico do objeto, necessário para a perfeita administração e/ou acompanhamento do Contrato.

8.1.37.3. Informar a Contratante qualquer alteração dos manuais, características técnicas do produto (peças, resistência, condições de uso, possibilidade de falhas, etc) ou outras alterações que influenciem no uso/manutenção/segurança do produto e/ou seus usuários.

8.1.37.4. Caso se enquadre nas hipóteses do artigo 20 da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, a CONTRATADA deverá elaborar plano de gerenciamento de resíduos sólidos, sujeito à aprovação da autoridade competente.

8.1.38. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9. DA SUBCONTRATAÇÃO E CONSÓRCIO

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 11.1.1. Os custos de diárias e passagens da Equipe da Polícia Federal serão pagos pelo próprio Órgão.
- 11.1.2. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.
- 11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. DO PAGAMENTO

- 12.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, carta de crédito, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 12.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, para fornecedor nacional ou estrangeiro por simples remessa, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993 ou conforme instituição bancária, para fornecedor nacional ou estrangeiro, no caso de carta de crédito.
- 12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- 12.3. Em caso de emissão de cartas de crédito, os custos inerentes, que atualmente estão entre 1% a 1,5% do valor do contrato, serão de responsabilidade da CONTRATADA.
- 12.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.4.1. Constatando-se, para o licitante nacional, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 12.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 12.5.1. O prazo do subitem anterior poderá ser prorrogado uma vez por igual período, a critério da Administração.
- 12.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 12.7. Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 12.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 12.9. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 12.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 12.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.
- 12.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 12.12.1. Será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 12.12.2. No caso de CONTRATADA brasileira, quando do pagamento, serão retidos na fonte os tributos elencados na Instrução Normativa nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal, ou de norma superveniente emitida por Órgão competente.

12.12.3. No caso da CONTRATADA estrangeira, toda a documentação equivalente apresentada na fase de habilitação deverá ter validade quando da realização do pagamento ou apresentação de documentação comprobatória da manutenção das condições de habilitação, sendo que em caso contrário a contratante deverá notificar a contratada para que sejam sanadas as pendências no prazo de 30 (trinta) dias corridos, prorrogáveis por igual período, mediante justificativa da contratada aceita pela contratante.

12.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável

12.14. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.15. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	(6 /100)	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
		----- 365	

12.16. O Pagamento será realizado segundo o regulado pela Receita Federal do Brasil e diretrizes das Políticas Monetária e de Comércio Exterior, conforme o caso, após apresentação das Faturas, Nota Fiscal ou Proforma Invoice e emissão do Termo de Recebimento Definitivo pela Comissão de Fiscalização, observado o disposto no item relativo ao controle da execução, o artigo 42, caput e §3º, da Lei nº 8.666, de 1993, a Lei nº 4.320/64 e, ainda, a Lei n. 10.192/01 c/c o Decreto-Lei n. 857/69, na seguinte forma:

12.16.1. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento ou documento equivalente.

12.16.2. PARA O CASO DE PROPOSTA DE PREÇOS EM MOEDA BRASILEIRA (Real), o pagamento será realizado por meio crédito em conta bancária; situação em que o proponente deverá fornecer todas as informações para a emissão da respectiva ordem de pagamento e/ou crédito documentário, conforme o caso, pelo banco emissor (issuing bank).

12.16.3. PARA O CASO DE PROPOSTA DE PREÇOS EM MOEDA ESTRANGEIRA (Dólar Americano ou Euro), o pagamento poderá ser efetuado por meio de crédito em conta Bancária ou Carta de Crédito Internacional emitida pelo BANCO DO BRASIL (a depender dos termos da proposta do licitante vencedor-opção pela Carta de Crédito ou crédito em conta), nos termos da legislação em vigor, cuja validade corresponderá ao prazo de entrega do objeto licitado e sua liberação para pagamento ocorrerá mediante comunicação a ser feita ao emissor, após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo pela Contratante.

12.16.4. Os custos da emissão da carta de crédito correrão por conta da CONTRATADA.

12.16.5. O contratado, fornecedor estrangeiro ou nacional, poderá optar por qualquer uma das duas modalidades de recebimento exemplificadas neste Termo de Referência e de acordo com sua proposta.

12.16.6. Todas as despesas referentes à emissão de ordem de pagamento e/ou abertura de crédito documentário junto ao Banco do Brasil S/A serão custeadas pela CONTRATADA. Tais valores serão suprimidos do valor principal a ser pago pela Administração, posto que serão aplicados na emissão da Carta de Crédito. Caso o valor previsto para a emissão seja maior que o valor efetivamente empregado na emissão, o excedente não será revertido a crédito da CONTRATADA.

12.16.7. Sendo necessária emenda da carta de crédito, como prorrogação ou alteração de condicionantes, as despesas que venham a incidir serão custeadas por quem deu causa à emenda.

12.16.8. O pagamento realizado a licitante brasileira será efetuado em Reais (R\$), e no caso desta oferecer proposta em moeda estrangeira, mediante conversão pela taxa de câmbio, de compra, vigente para moeda estrangeira segundo o valor disponibilizado pelo Sistema de Informações do Banco Central do Brasil - SISBACEN, Boletim de Fechamento, no dia útil imediatamente anterior à data do efetivo pagamento.

12.16.9. A cada pagamento ao fornecedor brasileiro, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital bem como identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas. A Nota Fiscal ou Fatura

deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.17. Não haverá antecipação de pagamento.

13. DO REAJUSTE

13.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

13.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto nº 1.054, de 1994):

$$R = V (I - I^o) / I^o, \text{ onde:}$$

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

13.3. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da CONTRATADA, os preços contratados, quando ofertados na moeda Real (R\$) poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o IPCA, ou outro que venha a substituir, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

13.6. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

13.7. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.8. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.9. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.10. O reajuste será realizado por apostilamento.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO (ART. 56 DA LEI Nº 8.666/93)

14.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

15. A GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS.

15.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo os descritos no Anexo I deste TR, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

15.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

15.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria CONTRATADA, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

15.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

15.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

15.6. Uma vez notificada, a CONTRATADA realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito 30 (trinta) dias, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela CONTRATADA ou pela assistência técnica autorizada.

15.6.1. No caso do equipamento necessitar de emissão de Certificado de Importação e autorização da DFPC, o prazo será de 45 (quarenta e cinco) dias úteis a contar da emissão dos documentos necessários para importação dos mesmos.

15.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da CONTRATADA, aceita pelo Contratante.

15.8. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela CONTRATADA, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

15.9. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da CONTRATADA.

15.10. A garantia legal do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo; ou
- e) cometer fraude fiscal;

16.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I - **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

II - **Multa:**

- (1) moratória de **0,5%** (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
- (2) multa compensatória de **20%** (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- (3) em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

III - **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

IV - **Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União**, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

V - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

16.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem "IV" também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

16.4. As sanções previstas nos subitens "I", "III", "IV" e "V" poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

16.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

- 16.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 16.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 16.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

16.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

16.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

16.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

16.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

16.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

16.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da [Lei nº 12.846, de 2013](#), seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

16.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

16.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

17. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

17.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

17.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

17.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

17.3.1. Para participação nos itens 1, 2 e 3 dos objetos deste Termo de Referência, deverá a empresa vendedora comprovar que é proprietária do projeto do fuzil e fabricante deste, para que seja confirmada a garantia e precisão solicitada pelo sistema de tiro de precisão, já que apenas esta poderá confirmar que todo o conjunto é compatível com o desempenho solicitado no Anexo II TR - Testes de Recebimento e sem perda de garantia.

17.3.2. Comprovante ou declaração de que o equipamento já foi testado, aprovado e que possui autorização para sua comercialização, na forma da legislação interna do país de origem, tanto para empresa brasileira quanto para empresas estrangeiras com subsidiária, ou filial, ou agência, ou escritório, ou estabelecimento, ou agente, ou representante no Brasil.

17.3.3. Declaração expressa de que se submete à legislação brasileira em vigor, ao presente Termo de Referência e que renuncia a qualquer reclamação por via diplomática, no caso de sociedade ou empresa estrangeira que não funcione no Brasil, sendo admitida apresentação desta declaração emitida pelo representante legal no Brasil.

17.3.4. Apresentar declaração de conformidade com as especificações exigidas, sejam especificações de dimensões e acabamentos militares (mil spec), sejam especificações de acabamento superior;

17.3.5. As empresas interessadas em participar do certame deverão apresentar comprovação de aptidão, mediante apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privados, comprobatórios de desempenho satisfatório em contratações com o objeto da presente licitação ou equipamentos de uso exclusivo de militares e policiais, nos termos do artigo 30 da Lei Federal nº 8.666/93, nos seguintes termos:

17.3.5.1. Atestado de Capacidade Técnica - ACT, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a LICITANTE já tenha fornecido ao menos 30% (trinta por cento) do quantitativo total previsto para a licitação de equipamentos táticos e armamentos para forças especiais de segurança pública. A depender do caso, poderão ser aceitos "invoices" demonstrando o fornecimento no quantitativo indicado.

17.3.5.2. Considera-se para efeito do cumprimento do subitem acima o fornecimento de placas balísticas, capacetes balísticos, coletes táticos, armamentos, ou seja, equipamentos de segurança pública e militares. Essa lista não é exaustiva. As mercadorias constantes do atestado de capacidade técnica serão avaliadas no caso concreto pelo pregoeiro e equipe técnica para avaliação do cumprimento do item 17.3.4.

17.3.5.3. Para a comprovação da capacidade técnica será aceita a soma de ACTs, desde que cada um dos atestados atenda às características mínimas descritas para cada item da proposta, conforme exposto acima.

17.3.6. No caso de empresas estrangeiras, na licitação o ACT de idioma estrangeiro poderá apresentar tradução livre para o português. Para fins de assinatura da ata de registro de preços e contrato os ACTs deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos por tradutor juramentado (art. 32 § 4º, da Lei nº 8.666/93), respeitadas as disposições do Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016.

17.3.6.1. Excepcionalmente aceitar-se-ão documentos exclusivamente de caráter técnico, tais como manuais ou especificações de equipamentos e funcionalidades, no idioma português (brasileiro) sem que haja necessidade consularização/apostilação ou tradução juramentada.

17.3.7. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

17.3.8. As empresas estrangeiras que não puderem apresentar a documentação exigida no Termo de Referência, ou em Edital, por força de legislação específica de País de origem do licitante deverão apresentar declaração informando a impossibilidade de atendimento aos mesmos, junto com a legislação que determine a impossibilidade, autenticada pelo respectivo consulado e traduzida por tradutor juramentado no Brasil.

17.3.9. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

17.3.10. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

17.3.11. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

17.3.12. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

17.3.12.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

17.3.13. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

17.3.14. Valor Global: **R\$ 40.643.711,58** (quarenta milhões, seiscentos e quarenta e três mil, setecentos e onze reais e cinquenta e oito centavos).

17.3.15. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

17.4. O critério de julgamento da proposta é o menor preço.

17.5. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

18. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

18.1. O custo estimado da contratação são os constantes no item.1.1. deste Instrumento.

19. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

19.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO			
Nome	APF MÁRCIO RICARDO MEIRA DA SILVEIRA		
Mat. PF	18.308	Lotação	COT/DIREX/PF
Nome	PCF GERALDO CAMPOS BAHIENSE FILHO		
Mat. PF	14.923	Lotação	COT/DIREX/PF
Nome	APF JOÃO PAULO MELO MASCARENHAS		
Mat. PF	18.485	Lotação	COT/DIREX/PF
Nome	APF NELSON DE ABREU OLIVEIRA		
Mat. PF	20.844	Lotação	COT/DIREX/PF

APROVAÇÃO - SR. DIRETOR-EXECUTIVO

Aprovo o presente Termo de Referência e seus anexos, por constatar que sua concretização observou os critérios que norteiam a Administração Pública. Constan justificadas, a necessidade da contratação, a delimitação de seu objeto, aspectos técnicos fundamentais, obrigações das partes envolvidas bem como estimativa de custos da contratação.

ANEXOS DESTE TR:

ANEXO - 1: CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

ANEXO - 2: TESTES DE RECEBIMENTO

ANEXO - 3: TABELA TESTE DE DURABILIDADE

ANEXO - 4: TABELA DO TESTE DE PRECISÃO

ANEXO - 5: MODELO DE PROPOSTA SIST PRECISÃO E ACESSÓRIOS



Documento assinado eletronicamente por **GERALDO CAMPOS BAHIANSE FILHO, Perito(a) Criminal Federal**, em 21/12/2023, às 11:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **NELSON DE ABREU OLIVEIRA, Agente de Polícia Federal**, em 21/12/2023, às 12:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **GUSTAVO PAULO LEITE DE SOUZA, Diretor-Executivo**, em 22/12/2023, às 15:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOAO PAULO MELO MASCARENHAS, Agente de Polícia Federal**, em 21/12/2023, às 11:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCIO RICARDO MEIRA DA SILVEIRA, Agente de Polícia Federal**, em 21/12/2023, às 12:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=33056541&crc=73A983BE.
Código verificador: **33056541** e Código CRC: **73A983BE**.

